

Clipping

24/04/2008

Justiça Federal cria padrão para petições	1
Discurso com críticas a governo e a MST	1
Rosane de Oliveira - Um teto para os salários.....	2
Votação do teto é adiada	2
Militares terão aumento de 47,1%	3
Reajuste da Lei Britto incide sobre gratificações.....	3
Cortes atingem pastas de Saúde, Turismo e Cidades.....	4
Protesto por moradia	5
Governo teme fim do fator previdenciário	5
Senador fará greve de fome pelo INSS.....	5
Protesto marca a posse no CEEEd	6
De 11 vagas abertas, foram ocupadas 8	6
Previdência arrecada mais e diminui seu déficit	6
Projeto documenta a escravidão no RS	7
Militar terá reajuste em parcelas após 8 meses de negociação	7
GM transfere investimento, e cidade critica sindicato	8
Emprego na indústria de veículos sobe 15%	9
Crise da Varig Log provoca saída de 800 funcionários	9
Centrais preparam 1º de Maio pela redução da jornada.....	10
Centrais debatem com Lula relação capital e trabalho	10
Direito de greve: negociação viabiliza votação do projeto na próxima semana	10
Câmara debate com sindicalistas negociação coletiva dos servidores.....	11
Fator previdenciário: projeto já está numerado na Câmara	12
Estados deram indenizações a 2.272 vítimas da ditadura	12

Justiça Federal cria padrão para petições

O CJF (Conselho da Justiça Federal) publicou no Diário Oficial da União desta terça-feira (22/4) uma resolução que instituiu uma tabela única de petições de processos de 1º e 2º grau da Justiça Federal. Conforme informa o Valor Econômico, a medida faz parte da criação de um sistema processual único, desenvolvido pelos Tribunais Regionais Federais e o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que busca proporcionar mais celeridade às consultas e estatísticas do Poder Judiciário. Desde 2004, um comitê de uniformização de procedimentos sugere mudanças ao CJF para padronizar algumas etapas de tramitação judicial. Nos últimos dois anos, foi estabelecido um critério único de classificação dos assuntos, das classes e das fases de movimentação processual a serem inseridos no registro dos processos distribuídos na Justiça Federal. ÚLTIMA INSTÂNCIA

Discurso com críticas a governo e a MST

Ao tomar posse ontem na presidência do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes disse que o excesso de medidas provisórias embarça a democracia e atacou a ação de movimentos sociais. Em uma concorrida solenidade de posse, que contou com 3,5 mil convidados, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, atacou ontem a ação de movimentos sociais, defendeu o papel do Judiciário na consolidação da democracia e não poupou críticas ao Planalto, ao reclamar do modelo de edição de medidas provisórias (MPs).

Diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dos presidentes da Câmara e do Senado, Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), e de três ex-presidentes da República - Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Fernando Collor (1990-1992) e José Sarney (1985-1990) - , Mendes cobrou "firmeza" das autoridades em virtude de agressões à comunidade em geral, numa

referência à ação de movimentos sociais que, de acordo com ele, atuam, "às vezes, na fronteira da legalidade".

- Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. O direito de reunião e de liberdade de opinião devem ser respeitados e assegurados. A agressão aos direitos de terceiros e da comunidade em geral deve ser repelida imediatamente com os instrumentos fornecidos pelo Estado de Direito, sem embaraços, sem tergiversações, sem leniências - discursou. Agradecimentos a FH pela indicação

Embora não tenha citado nomes, a crítica ocorre num momento em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) promove ações no chamado Abril Vermelho, com invasões de propriedades da Vale do Rio Doce e de prédios públicos.

Sentado ao lado de Lula, o ministro demonstrou que não concorda com a postura do Executivo sobre as medidas provisórias, tema sobre o qual o tribunal deverá deliberar nos próximos dias. Defendeu que se encontre um modelo de aplicação das MPs que possibilite o "uso racional" desse instrumento, classificado por ele como "desgastado".

- Os poderes encontram-se preparados e maduros para o diálogo político inteligente, suprapartidário, no intuito de solucionar um impasse que, paralisando o Congresso, embaraça o processo democrático - disse.

Lula ouviu as críticas calado. Pelo protocolo, presidentes da República não falam na cerimônia. Mendes assumiu uma cadeira no STF em 2002, nomeado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presente na platéia. Ele agradeceu publicamente a FH pela indicação. Durante discurso, o ministro chamou a atenção para a presença de Pelé - que antes da solenidade havia dito ser "amigo" de Mendes. ZERO HORA

Rosane de Oliveira - Um teto para os salários

De hoje até terça-feira, o governo vai tentar negociar com a Assembléia a apresentação de um substitutivo à emenda do deputado Daniel Bordignon (PT) que institui subtetos diferenciados para cada poder no Estado. O Palácio Piratini defende o teto único de R\$ 22.111, com dois argumentos principais: que o limite único facilita o corte do valor excedente e que os servidores do Executivo não podem ser tratados como se fossem inferiores aos do Judiciário.

Hoje, nem o governo nem a oposição têm 33 votos para aprovar os tetos que defendem. Pela proposta de Bordignon, o salário máximo no Executivo seria equivalente ao de governador. No Legislativo, igual ao do presidente da Assembléia. Pelo projeto do petista, o subsídio do governador, do vice e dos secretários será definido pela Assembléia, a partir de um projeto da Mesa Diretora - parte que é aceita pelo Palácio Piratini.

Chefe da Casa Civil, César Busatto diz que, para o governo, o importante é aprovar um limite, mesmo que seja o proposto pela oposição. Ainda que seja aprovado o teto de R\$ 22.111, o salário da governadora, hoje congelado em pouco mais de R\$ 7 mil, deverá ser equiparado ao do presidente da Assembléia (R\$ 17,6 mil). Os secretários passarão a ganhar o mesmo salário de um deputado - R\$ 11,5 mil brutos.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, Yeda disse ontem que não irá se constringer se a Assembléia aumentar seu salário e o dos secretários:

- O que eu quero é botar ordem nos salários.

Ontem, o PT contava com 30 votos dos 33 necessários para aprovar a emenda constitucional, mas como o PP decidiu votar fechado com o governo, a tendência é passar o teto de R\$ 22.111. O PT considera esse valor um "superteto" e, se for essa a cifra, irá explorar politicamente o tema, acusando o governo de se negar a reduzir a distância salarial entre os que ganham mais e os que ganham menos. ZERO HORA

Votação do teto é adiada

Por falta de quórum, a proposta de emenda constitucional que fixa teto salarial no Estado com valor diferenciado nos poderes, de autoria do deputado Daniel Bordignon (PT), não foi votado ontem. A matéria deve ser analisada na sessão de terça-feira. Como as bancadas não conseguiram chegar a

um consenso, a oposição decidiu se retirar do plenário para evitar a votação. Houve acordo para que o tema seja votado na próxima semana.

- As bancadas pediram mais tempo para analisar o tema. A emenda é para resolver um problema estrutural do Estado. Não fará grande diferença aprovar isso na semana que vem ou no próximo mês
- disse Bordignon. ZERO HORA

Militares terão aumento de 47,1%

Ministro da Defesa anunciou reajuste dos soldos ontem

Com um impacto na folha de pagamento calculado em R\$ 12,3 bilhões até 2011, um reajuste dos soldos dos militares de 47,19% em média foi anunciado ontem pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O ministro explicou que o reajuste ocorrerá de forma escalonada e será diferenciado conforme as patentes. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda irá decidir se o aumento dos militares será dado por medida provisória ou projeto de lei em regime de urgência.

- Nós chegamos ao número correto, tendo em vista que temos de trabalhar com restrições orçamentárias. As pessoas sempre querem mais do que se pode. Coube a mim estabelecer algo que fosse compatível com o Estado brasileiro - afirmou Jobim.

Pelo anúncio, feito em entrevista coletiva no Ministério da Defesa, os recrutas, que hoje recebem em média R\$ 235,20, terão um aumento de 137,8%, passando imediatamente para uma média de R\$ 471, retroativa a janeiro. Em fevereiro de 2009, a remuneração média dos recrutas chegará a R\$ 514,90 e, em janeiro de 2010, a R\$ 559,38.

O menor reajuste ocorrerá para os oficiais gerais, de 35,31% até julho de 2010. Dessa forma, os salários dos ocupantes do posto mais alto da hierarquia das três Forças passarão de R\$ 13,9 mil, em média, para R\$ 15 mil este ano, chegando a R\$ 18,8 mil em julho de 2010.

Para o primeiro e segundo grupos, de soldados, recrutas e alunos, o reajuste será retroativo a janeiro passado, com novas elevações em fevereiro de 2009 e janeiro de 2010, sempre acima da variação do salário mínimo. As demais categorias terão reajustes divididos em três parcelas (a primeira, imediata, retroativa a janeiro, a segunda em julho e a terceira em outubro e em 2009 e em 2010, em julho).

Anúncio ocorre após sete meses de negociação

O reajuste começou a ser discutido em setembro de 2007, mas as conversas foram paralisadas depois que o Congresso derrubou a cobrança da CPMF (imposto do cheque). Segundo Jobim, o efeito da perda de arrecadação fez com que o governo considerasse um prazo mais longo nas parcelas de reajuste.

O anúncio dos reajustes sofreu atraso na semana passada após mal-estar causado pelas críticas do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, à política indigenista e à homologação da reserva Raposa Serra do Sol (RR). Jobim repetiu que a questão está "encerrada" e não quis comentar a polêmica.

Brasília

Reajuste médio

Soldados e recrutas - 91,21%

Cadetes e alunos - 66,43%

Oficiais intermediários e oficiais subalternos - 47,78%

Praças (subtenente, primeiro-sargento, taifeiro-mor, entre outros) - 41,72%

Oficiais superiores - 40,91%

Oficiais gerais - 36,31% ZERO HORA

Reajuste da Lei Britto incide sobre gratificações

De acordo com o cronograma aprovado pela Assembléia Legislativa na terça-feira, o pagamento dos reajustes concedidos pela Lei Britto deve ser iniciado em agosto. A seguir, confira alguns esclarecimentos.

Tire suas dúvidas

Os reajustes incidem sobre as funções gratificadas incorporadas antes da aprovação das Leis Britto?
Os reajustes incidem sobre as funções gratificadas (FGs), independentemente da data em que os servidores as incorporaram. O percentual também incide sobre as FGs não-incorporadas, enquanto o servidor exercer o cargo gratificado.

O reajuste incide sobre o salário bruto ou líquido?

São considerados o salário bruto e as gratificações a ele vinculadas.

O reajuste incide sobre o 13º salário e férias?

Sim.

Servidores que foram exonerados após a revogação dos reajustes têm direito ao pagamento?

A lei abrange apenas os servidores em atividade ou inativos que estejam recebendo seus proventos.

As parcelas, a partir da segunda, serão aplicadas sobre o salário já reajustado ou sobre o inicial?

Sobre o salário inicial. Em uma simulação, a evolução dos vencimentos de um servidor que recebe R\$ 600 e terá reajuste de 4,975% seria a seguinte:

Depois da 1ª parcela

(agosto de 2008): R\$ 629,85

Depois da 2ª parcela

(março de 2009): R\$ 659,70

Depois da 3ª parcela

(agosto de 2008): R\$ 689,55

Depois da 4ª parcela

(março de 2009): R\$ 719,40

Como fica o pagamento de valores retroativos?

A lei não prevê esse pagamento. Por enquanto, a alternativa é ingressar na Justiça. Em caso de sentença favorável, o Estado é obrigado a reconhecer a dívida.

Fonte: Secretaria da Fazenda ZERO HORA

Cortes atingem pastas de Saúde, Turismo e Cidades

O ministério de Marta Suplicy enfrentará uma redução de 85%, de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 395 milhões

Com o corte de R\$ 19,2 bilhões no orçamento de 2008, os ministérios das Cidades, da Saúde e do Turismo serão os mais atingidos. O valor representa cerca de 15% do total de gastos programados. A reavaliação do orçamento se baseia em novas estimativas para gastos e receitas do governo. O anúncio do bloqueio de recursos, que ocorre todos os anos, já era esperado. No ano passado, o corte foi de R\$ 16,4 bilhões, em 2006, de 14,2 bilhões, e em 2005, de R\$ 15,9 bilhões.

Conforme decreto publicado ontem no Diário Oficial da União, os maiores cortes foram nos ministérios das Cidades (R\$ 2,7 bilhões), da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), do Turismo (R\$ 2,2 bilhões), da Defesa (R\$ 1,9 bilhão) e da Educação (R\$ 1,6 bilhão).

Percentualmente, no entanto, a maior perda atingirá a pasta de Marta Suplicy (Turismo), que viu o limite de gastos ser reduzido em 85%, de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 395 milhões. O Ministério das Cidades teve uma redução de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Os valores da saúde, que tem o maior orçamento, reduziram de R\$ 43,2 bilhões para 40,6 bilhões.

O corte de gastos em cada uma das pastas será feito de acordo com o critério de cada ministério, que escolherá os programas que serão mais prejudicados.

Obras do PAC não serão afetadas, diz Fortes

O ministro das Cidades, Marcio Fortes, garantiu ontem que as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sob o comando da sua pasta, não serão afetadas pelo corte de R\$ 2,7 bilhões no orçamento deste ano. Segundo Fortes, o ministério tem sua ação fortemente focada no PAC.

- É importante assinalar que seguem as obras básicas de saneamento e habitação nos volumes já anunciados, que já foram ou estão sendo contratados e estão sendo objeto, inclusive, de início de obras - disse o ministro.

Estão previstos R\$ 149 bilhões para obras nas áreas de habitação, saneamento e em metrô.

- O corte não atrapalha, e o PAC continua normalmente. Temos praticamente 30% do total de R\$ 504 bilhões, que também envolve os ministérios dos Transportes e de Minas e Energia - afirmou Fortes.

Mas o contingenciamento no orçamento pode ser recomposto ao longo do ano, como tem ocorrido em anos anteriores, admitiu ontem o diretor do Departamento de Assuntos Fiscais do Ministério do Planejamento, George Alberto de Aguiar Soares.

Brasília

Os cortes

O corte total no orçamento, distribuído entre os três poderes, será de R\$ 19,4 bilhões. O Executivo responderá por R\$ 19,2 bilhões do contingenciamento:

Maiores cortes nos ministérios

- Cidades R\$ 2,7 bilhões

- Saúde R\$ 2,5 bilhões

- Turismo R\$ 2,2 bilhões

- Defesa R\$ 1,9 bilhão

- Educação R\$ 1,6 bilhão

Percentualmente, a maior perda fica com a pasta do Turismo, comandada por Marta Suplicy, que teve o limite de gastos reduzido em 85%, de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 395 milhões.

Outros poderes:

- Legislativo: R\$ 100,9 milhões

- Câmara: R\$ 85,5 milhões

- Senado: R\$ 5,7 milhões

- Tribunal de Contas da União: R\$ 9,7 milhões

Judiciário: R\$ 90 milhões

Ministério Público da União: R\$ 30,7 milhões ZERO HORA

Protesto por moradia

Integrantes de movimentos por moradia realizaram ontem, em todo o país, manifestações para reivindicar dos governos federal, estaduais e municipais a implantação de políticas públicas de habitação popular. ZERO HORA

Governo teme fim do fator previdenciário

O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, afirmou ontem que o governo não tem medida emergencial planejada caso o fim do fator previdenciário seja aprovado pela Câmara dos Deputados. Para ele, a queda do fator pode trazer consequências negativas. Criado em 2000, o mecanismo desconta uma porcentagem do benefício de quem se aposenta por tempo de contribuição e por idade. Até 2007, o fator representou uma economia de cerca de R\$ 10 bilhões.

Em análise estão dois projetos: o de revogar o fator previdenciário e o de transferir aos beneficiários da Previdência o reajuste do salário mínimo. Schwarzer afirma que, apesar do bom momento econômico, o impacto traria consequências à sustentabilidade do Sistema Previdenciário.

CORREIO DO POVO

Senador fará greve de fome pelo INSS

O senador Mário Couto, do PSDB, ameaçou ontem entrar em greve de fome e fazer vigília até que o projeto que reajusta os benefícios dos aposentados e pensionistas do INSS seja colocado em votação. Em pronunciamento no Senado, Couto prometeu ainda incluir em seu protesto a suspensão ao banho diário. Pela proposta em discussão, o reajuste seria de 3,5% nos benefícios e pensões de aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo. Um dos líderes do movimento

de reajuste é o senador Paulo Paim, do PT, que faz parte da base aliada do governo. De acordo com Mário Couto, seu protesto deve iniciar na próxima semana e já teria o apoio de mais outros senadores. CORREIO DO POVO

Protesto marca a posse no CEEed

SEC quebra tradição de aceitar indicações da lista tríplice, deixando Cpers e Sinpro insatisfeitos. Depois de quatro anos à frente do Conselho Estadual de Educação (CEEed), Sônia Veríssimo deixou ontem a presidência do órgão. A despedida ocorreu durante a posse dos novos conselheiros, em sessão plenária, no auditório do Centro Administrativo. Até a eleição, sem data definida, o cargo será ocupado pelo vice-presidente do CEEed, Raul Gomes de Oliveira Filho. Do total de 11, três vagas de conselheiro estão abertas. Os dois representantes do Cpers/Sindicato e o do Sinpro/RS não assumiram, em protesto à forma como a SEC conduziu a indicação dos nomes.

O problema envolvendo as vagas do Cpers e do Sinpro começou com a opção da secretária de Educação, Mariza Abreu, de não aceitar a primeira indicação das listas tríplices apresentadas pelas duas entidades, que consideraram a atitude como uma quebra de tradição. 'Ficamos surpresos com o fato de o conselheiro anterior não ter sido reconduzido', afirmou a diretora do Sinpro e conselheira do CEEed, Cecília Farias. Segundo ela, o sindicato reencaminhará a lista tríplice ao governo. Já o Cpers reivindica que o governo respeite os primeiros nomes apresentados nas listas para a ocupação das duas vagas a que tem direito.

A secretária espera o envio de novas listas para avaliação. Um ofício nesse sentido foi encaminhado na terça-feira às duas entidades. Ontem, Mariza afirmou que a Educação no Estado precisa retomar o patamar de qualidade. Destacou que o fato de a posse dos conselheiros acontecer na Semana da Educação mostra a importância que o governo dá ao órgão. As designações dos conselheiros foram publicadas no dia 17, no Diário Oficial. Houve nove nomeações e duas reconduções. Na formação, quatro cadeiras são para representantes do governo; duas são do Cpers; uma da Uges; uma da Apae; uma da Federação das ACPMs; uma do Sinpro/RS; e uma da Famurs. CORREIO DO POVO

De 11 vagas abertas, foram ocupadas 8

Das 11 cadeiras vagas para integrar o Conselho Estadual de Educação do RS (CEEed), oito foram ocupadas ontem. A solenidade ocorreu no Centro Administrativo, na Capital.

Conforme o Diário Oficial, foram nomeados Dorival Fleck, Hilda de Souza, Mariza Timm Sari e Vera Zanchet (representantes do governo do Estado); Érico Michel (pela Uges); Carlos Vilmar de Brum (Famurs). Também nomeados, sem assumir, estão, Sílvia Garavello e Sílvia Vasques (Cpers/Sindicato); e João Batista Minuzzi (Sinpro/RS). E foram reconduzidos ao cargo Elcira Machado (Apae); e Indiara Souza (ACPM). CORREIO DO POVO

Previdência arrecada mais e diminui seu déficit

Brasília — A arrecadação em alta e as despesas controladas fizeram o déficit nas contas da Previdência cair 17%, para R\$ 9,8 bilhões, no primeiro trimestre deste ano frente a igual período de 2007. Somente em março, o déficit foi de R\$ 2,6 bilhões, que significou queda expressiva de 46,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, disse que o que mais tem ajudado é o mercado formal de trabalho.

'O desempenho da arrecadação continua refletindo a maior oferta de vagas formais', argumentou Schwarzer. Quando as empresas privadas contratam mais empregados com carteira assinada, há repercussão nas receitas previdenciárias, porque os empregados descontam dos seus salários até 11% sobre o teto de benefícios (hoje em R\$ 2,8 mil) e os patrões recolhem mais para o INSS, pois pagam o equivalente a 20% sobre a folha total dos salários.

De janeiro a março, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho registrou 554,5 mil novos empregos com carteira assinada, quase 40% mais que o número de postos

abertos no início de 2007. Com isso, a Previdência teve aumento de 9,9% na sua arrecadação, que somou R\$ 35,4 bilhões, ante o primeiro trimestre de 2007, quando as receitas foram de R\$ 32,2 bilhões. Já as despesas somaram R\$ 45,2 bilhões, apenas 2,6% mais que no mesmo período de 2007. Apenas em março, as receitas registraram R\$ 12,1 bilhões, 9,2% de alta ante março de 2007. As despesas atingiram R\$ 14,7 bilhões, queda de 8,1% na comparação com março de 2007, quando os gastos inflaram pela concentração de precatórios (ações judiciais) que o INSS teve que pagar, o que não se repetiu este ano. Porém, o controle de gastos com auxílio-doença continua sendo a principal explicação do governo para o reduzido crescimento dos gastos. CORREIO DO POVO

Projeto documenta a escravidão no RS

Catalogar e divulgar documentos relativos à compra e venda de escravos no Estado são os principais objetivos da segunda etapa do Projeto Documentos da Escravidão no RS, lançada ontem no Arquivo Público do Estado, na Capital. Na cerimônia, foi assinado contrato de parceria entre a instituição e a Petrobras, que financiará R\$ 130 mil para a conclusão do projeto. A primeira parte resultou na publicação Cartas de Liberdade, lançada em 2006. O custo total do projeto é de R\$ 358 mil. O restante aguarda a captação de recursos junto à iniciativa privada.

A diretora do Arquivo Público, Rosani Feron, prevê a conclusão do trabalho em dois anos. 'A intenção é criar um instrumento de pesquisas para profissionais e permitir que a história do negro no RS seja conhecida', disse. O terceiro módulo abordará processos judiciais em que escravos foram réus ou vítimas. Quase um milhão de documentos datados entre 1763 e 1888 serão analisados. Para o gerente de Projetos Culturais da Petrobras, Luis Carlos Nascimento, o projeto permitirá 'a análise de documentos importantes à compreensão da sociedade brasileira'. CORREIO DO POVO

Militar terá reajuste em parcelas após 8 meses de negociação

Aumento médio, pago até 2010, será de 47,19%, de acordo com a patente; impacto na folha será de R\$ 12,3 bi até 2011

"Chegamos ao número correto, tendo em vista que temos que trabalhar com restrições orçamentárias", disse o ministro da Defesa

LEILA SUWWAN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após oito meses de negociações e espera, o Ministério da Defesa anunciou ontem a tabela de reajuste salarial dos militares, com um aumento médio de 47,19% em cinco parcelas até 2010 -cada patente militar terá um ajuste diferenciado. O impacto estimado na folha de pagamento do governo é de R\$ 12,3 bilhões até 2011 -hoje a folha salarial dos militares custa R\$ 27,6 bilhões.

Segundo o ministro Nelson Jobim (Defesa), os valores são "corretos" e os comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica ficaram satisfeitos. Cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitir medida provisória ou enviar projeto de lei ao Congresso para assegurar o pagamento. "Nós chegamos ao número correto, tendo em vista que temos que trabalhar com restrições orçamentárias", disse Jobim. "As pessoas sempre querem mais do que se pode. Coube a mim estabelecer algo que fosse compatível com o Estado brasileiro."

O reajuste começou a ser discutido em setembro de 2007, mas as conversas foram paralisadas depois que o Congresso derrubou a cobrança da CPMF (imposto do cheque). Segundo Jobim, o efeito da perda de arrecadação fez com que o governo considerasse um prazo mais longo nas parcelas de reajuste.

A previsão é de três parcelas ainda em 2008, sendo que a primeira terá efeito retroativo até janeiro. Essa primeira etapa de aumento varia de 100% -aos recrutas- a 8% -aos generais.

São justamente os recrutas que terão o maior reajuste acumulado até 2010: 137,83%. Segundo Jobim, esse grupo de cerca de 82 mil militares recebiam uma remuneração média de R\$ 235,20. Tiveram prioridade por receber menos que um salário mínimo. O cálculo prevê que o soldo dos

recrutas chegue a R\$ 415 e que o salário médio (com adicionais) fique na média de R\$ 471.

A variação acompanha a graduação das patentes e o menor nível de reajuste proposto é para os oficiais-generais (quatro estrelas), na média de 35,31%.

"Se considerarmos o total de reajustes propostos, do máximo ao mínimo, a média global iniciando pelos recrutas, será de 47,19%", disse Jobim.

Para o nível de sargentos, o reajuste médio previsto até 2010 é de 41,72%. É nesta patente que estão quase todos os controladores de tráfego aéreo, categoria que realizou um motim em março de 2007 para reivindicar a desmilitarização do setor e aumento salarial.

O anúncio dos reajustes sofreu atraso na semana passada após mal-estar causado pelas críticas do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, à política indigenista e à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol (RR).

Jobim repetiu hoje que a questão está "encerrada" e não quis comentar a polêmica.

"O assunto está entregue ao Supremo. Não cabe mais a Executivo e Legislativo emitir opiniões. Todas as opiniões serão desconsideradas", disse. FOLHA DE SP

GM transfere investimento, e cidade critica sindicato

Entidade não atendeu condição de montadora para ampliar produção em São José

Empresa criaria 600 empregos no Vale, mas mudou projeto para o ABC; prefeitura e vereadores querem reduzir influência de sindicato

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A decisão da General Motors de transferir para São Caetano do Sul (Grande SP) um investimento que resultou na criação de 1.500 novos empregos está provocando em São José dos Campos (91 km de SP) uma disputa que tem como ponto central a redução de salários e de direitos dos funcionários da fábrica que a montadora possui no Vale do Paraíba.

O embate começou há dois meses. A GM anunciou o plano de criar 600 empregos em São José para elevar a produção. Mas impôs como condição a substituição do regime de pagamento de horas extras por banco de horas, além de reduzir, para os novos funcionários, o piso (de R\$ 1.300 para R\$ 1.200) e o teto salarial (de R\$ 2.500 para R\$ 1.800).

A exigência não foi aceita pelo Sindicato dos Metalúrgicos nem pela maioria dos funcionários da GM na cidade. A montadora, então, transferiu o investimento para São Caetano, onde acordo semelhante vigora há três anos. O sindicato do Vale do Paraíba é ligado à Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e ao PSTU; o de São Caetano, à Força Sindical.

Contrariados com o desfecho das negociações e com a perda dos novos empregos (que, de 600, passaram para 1.500), vereadores, prefeitura, entidades empresariais de São José dos Campos criaram um grupo que trabalha para combater a influência do Sindicato dos Metalúrgicos e garantir que a cidade não seja excluída de futuros investimentos da montadora.

"A cidade está fazendo pressão para que o Sindicato dos Metalúrgicos, que é de certa forma intransigente, reveja seu posicionamento e a planta local da GM receba novos investimentos. É necessário repensar esse papo de "não à redução de direitos", disse o vereador José Luís Nunes (DEM), um dos líderes do "grupo pró-GM".

Entre as medidas anunciadas pelo grupo, está o envio de cartas para os familiares de todos os 9.500 funcionários da GM de São José que apontarão para os riscos de a unidade acabar desativada caso o sindicato e os trabalhadores insistam em não abrir mão de direitos como o pagamento de horas extras em futuras negociações com a GM.

Por sua vez, o Sindicato dos Metalúrgicos foi para o ataque e iniciou campanha que inclui de anúncios em outdoors e rádios ao envio de representantes para EUA, Venezuela e Equador, países onde a montadora mantém fábricas, para propor "globalização da luta contra as pressões e a ganância da GM".

"Queremos que os empregos venham para São José. O que não aceitamos é a redução dos salários e a criação de banco de horas. Isso é ganância [da GM], pois as montadoras vêm batendo recordes de produção e de venda", disse o diretor do sindicato, Vivaldo Moreira Araújo.

Ele afirmou que o "grupo pró-GM" é formado, na sua maioria, por entidades empresariais que têm interesse na redução de direitos dos trabalhadores da montadora, para que política semelhante passe a ser aplicada em outras empresas. Disse ainda que o sindicato de São Caetano "não representa os direitos dos trabalhadores, mas sim os do capital".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, disse que teve que aceitar a exigência feita pela GM para evitar demissões na fábrica local. "O capital não tem pátria nem coração", disse. A GM informou que não comentaria o assunto. FOLHA DE SP

Emprego na indústria de veículos sobe 15%

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A indústria automobilística contratou 3.900 novos funcionários nos primeiros três meses de 2008. O setor fechou março com 124,2 mil empregados, crescimento de 14,8% em relação ao mesmo mês de 2007 (108,2 mil).

Os dados são da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) e incluem fabricantes de veículos, comerciais leves, ônibus, caminhões e máquinas agrícolas.

Somente de automóveis, foram produzidas 632.258 unidades no primeiro trimestre deste ano. O número representa aumento de 18,5% ante período idêntico de 2007. FOLHA DE SP

Crise da Varig Log provoca saída de 800 funcionários

Publicada em 23/04/2008 às 23h14m

Eric Fujita - Diário de SPO Globo

SÃO PAULO - A crise enfrentada pela Varig Log, por conta de uma disputa judicial, já acarretou na saída de 800 funcionários por meio de adesões ao Programa de Demissões Voluntárias (PDV) e devido a melhores oportunidades de trabalho em outras companhias. No entanto, quem optou por deixar a empresa, ainda não recebeu as rescisões trabalhistas. Os salários referentes a março também estão atrasados, informou o Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Deste total, 700 empregados da área de produção entraram no PDV aberto pela Varig Log no final do ano passado. A presidente da entidade, Graziella Baggio, destacou que o grupo se desligou em dezembro. Na ocasião, foram oferecidas a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o pagamento da multa de 40%, além dos outros direitos.

- O que adianta ter aceitado se a empresa não pagou - ironiza.

Ainda de acordo com Graziella, os 100 pilotos que se demitiram por outros empregos também não receberam a rescisão. Procurada pelo DIÁRIO, a Varig Log não se manifestou.

O problema foi o principal assunto em reunião entre sindicalistas e representantes da empresa, no início da noite de quarta-feira. Até o fechamento desta edição, o encontro não havia terminado.

A presidente do sindicato disse que a empresa está sem perspectivas de funcionamento. O motivo principal, segundo ela, é a perda de mercado no setor de entrega de encomendas.

- A Varig Log tinha 20 aeronaves para operar no ano passado. Mas as operações diminuíram aos poucos e hoje conta com apenas cinco aviões - contou.

Hoje, a empresa tem 1.700 funcionários.

Novo administrador

Por decisão judicial, o chinês Lap Chan, sócio do fundo americano Matlin Patterson, foi afastado da gestão da Volo Logistics LLC, que controla a VarigLog através da Volo do Brasil. Para o lugar de Lap Chan, foi nomeado provisoriamente como administrador da Volo LLC o outro sócio do fundo americano, Santiago Born.

Segundo o advogado de Lap Chan, Nelson Nery Junior, o que houve foi uma mudança na pessoa física. O fundo americano continua na gestão da Volo do Brasil e da VarigLog. O juiz entendeu que Lap Chan não estava funcionando corretamente na gestão. Por isso a troca. O GLOBO

Centrais preparam 1º de Maio pela redução da jornada

Este certamente poderá ser um 1º de maio histórico, pois as centrais sindicais prometem fazê-lo unitário

As festas de 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, já mobilizam os dirigentes das centrais sindicais - CUT, Força Sindical, Nova Central, UGT, CGTB e CTB - que prometem repetir os últimos anos realizando manifestações gigantescas na capital paulista, animadas por atividades culturais e grandes shows. O tema escolhido para as comemorações deste ano é a redução da jornada de trabalho, sem redução de salário – campanha unificada de todas as centrais.

A festa da Força Sindical, que tradicionalmente ocorre na Praça Campo de Bagatelle, na Zona Norte, terá sorteios de dez carros e cinco apartamentos. Além dos prêmios, 40 artistas consagrados, entre os quais Daniel, Zezé Di Camargo & Luciano, Frank Aguiar, Bruno & Marrone e Tânia Mara se apresentarão no palco montado pela central. A festa ocorrerá entre 7h e 20h, com o slogan “Reduzir a jornada é gerar empregos”.

Os artistas irão se apresentar a partir das 7 horas e os shows serão alternados com rápidos discursos de sindicalistas. O ato político terá duração de aproximadamente uma hora (entre 11h30 e 12h30). Foram convidados prefeitos, governadores, deputados federais, estaduais, vereadores e senadores, além de ministros e sindicalistas estrangeiros.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) fará eventos em quatro outros locais: autódromo de Interlagos, Centro de Tradições Nordestinas (no Bairro do Limão), Paço Municipal de São Bernardo do Campo e Guarulhos. Também serão realizados shows, com as presenças dos cantores Daniel, Leonardo, Guilherme e Santiago e César Menotti e Fabiano. O ato em Interlagos será realizado em conjunto com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) realizará um ato do 1º de Maio na Praça Ramos, Centro de São Paulo, no dia 30 de abril, a partir das 14 horas, seguido de uma caminhada, com as seguintes bandeiras: redução da jornada de trabalho sem redução de salário; ratificação da Convenção 151 e 158 da OIT; fim do fator previdenciário; e reforma agrária. (Fonte: Agência Sindical) SITE DO DIAP

Centrais debatem com Lula relação capital e trabalho

Nesta quinta-feira (23), os presidentes das centrais sindicais - CUT, Força Sindical, Nova Central, UGT, CGTB e CTB - irão ao Palácio do Planalto para debater com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Secretaria de Longo Prazo, Mangabeira Uger as relações entre o trabalho e o capital.

Entre outras questões, as centrais deverão debater com mais intensidade a redução da jornada de trabalho sem redução de salário. As centrais estão em campanha para que Congresso aprove a proposta de emenda à Constituição (PEC) 393/01, dos senadores Paulo Paim (PT/RS) e Inácio Arruda (PCdoB/CE).

A reunião será às 15h, no Palácio do Planalto. SITE DO DIAP

Direito de greve: negociação viabiliza votação do projeto na próxima semana

A Comissão de Trabalho da Câmara, em sua reunião ordinária desta quarta-feira (23), construiu um acordo para votação do PL 4.497/91, da deputada Rita Camata (PMDB/ES), que dispõe sobre o direito de greve no serviço público.

O relator da matéria, deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP) está em negociação com os parlamentares do colegiado com o objetivo de adequar o seu parecer às modificações sugeridas pelos demais membros do colegiado.

A base das modificações em seu parecer será o voto em separado apresentado pelo deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS). O parlamentar gaúcho adiantou para ao colegiado que aquilo que não for consenso será objeto de votação em destaque supressivo.

Polícias

O PL 5.237/01, do deputado Carlos Santana (PT/RJ) que concede o direito de greve aos policiais foi retirado de pauta a pedido do relator da matéria, deputado Roberto Santiago (PV/SP).

O relator apresentou substitutivo à matéria e sugeriu que o direito de greve aos policiais seja incorporado ao projeto que debate a lei de greve no serviço público como um todo. Marquezelli acolheu a sugestão e estuda o parecer elaborado por Santiago. A matéria retornará à pauta para votação na próxima quarta-feira (30).

Terceirização

O PL 6.975/06, do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA), que dispõe sobre a formação compulsória de provisão, pelas empresas prestadoras de serviços, para o pagamento de obrigações trabalhistas foi retirado de pauta a pedido do relator, deputado Sandro Mabel (PR/GO).

A matéria já foi debatida no colegiado e não cabe mais discussão, mas o relator pretende trabalhar em seu parecer, para assim, submeter a votação da matéria no colegiado. Pellegrino insistiu que a matéria retorne à pauta no prazo máximo de quinze dias.

Justiça do Trabalho

O PL 1.432/03, do deputado Dr. Rosinha (PT/PR), que cria o rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho não foi apreciado na Comissão. A matéria ainda não tem consenso no colegiado para ir a voto. O projeto chegou a ser debatido, mas as divergências impediram a aprovação do parecer da relatora, deputada Andréia Zito (PSDB/RJ).

Zito não pretende mudar seu parecer e a base do Governo no colegiado acha melhor rejeitar o projeto como um todo. Para a base, a Justiça do Trabalho como está é melhor do que as modificações sugeridas no projeto. (André Luis) SITE DO DIAP

Câmara debate com sindicalistas negociação coletiva dos servidores

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou, nesta quarta-feira (23), audiência pública para debater a Convenção 151 e a Recomendação 159, ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As duas normas estabelecem a negociação coletiva no âmbito do serviço público federal, estadual e municipal, e reconhecem como instrumentos válidos para a solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem. A audiência foi sugerida pelo deputado Vieira da Cunha (PDT/RS), relator da mensagem do Governo que ratifica a Convenção 151.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a aprovação das normas da OIT vai contribuir para o aperfeiçoamento das relações de trabalho na Administração Pública sem prejudicar o seu funcionamento e a sua qualidade. A Convenção 151 e a Recomendação 159 da OIT tramitam na Câmara na forma da Mensagem 58/08.

Negociação

A coordenadora-geral de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Paula Polcheira, afirmou que a Convenção 151 da OIT abre a possibilidade de regulamentação da negociação dos servidores públicos com o Governo e também da greve no serviço público.

As situações ainda não têm regras definidas. A Comissão de Trabalho da Câmara poderá aprovar na próxima semana o projeto de lei que regule o direito de greve no setor público.

CLT

O diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Carlos Henrique de Oliveira, disse que a convenção vai estimular a negociação entre servidores e Governo e ainda poderá estabelecer mecanismos contra a ingerência do Poder Público na organização sindical.

O dirigente afirmou, no entanto, que é necessário modificar a redação do texto, que trata apenas de emprego público (regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei 5.452/43) e não de servidores públicos de modo geral.

Também na audiência, o diretor de Relações Internacionais da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sebastião Soares da Silva, disse que é preciso avançar nas condições de negociação dos servidores porque há municípios que não respeitam nem mesmo o salário mínimo. (André Santos, com Agência Câmara) SITE DO DIAP

Fator previdenciário: projeto já está numerado na Câmara

Aprovado no Senado em 9 de abril, o projeto de lei do (PLS 296/03) senador Paulo Paim (PT/RS), que extingue o fator previdenciário e altera a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social já está número na Câmara – PL 3.299/08. O texto também está disponível ali, na seção Íntegras.

O projeto extingue o fator previdenciário para que o salário de benefício (aposentadoria) volte a ser calculado de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 salários de contribuição, apurados em período não superior a 48 meses.

Na última terça-feira (22), a matéria foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça.

Movimento

Uma ampla articulação do mundo do trabalho, que envolve as centrais sindicais, as entidades de aposentados e pensionistas, e entidades de servidores públicos se movimentam para garantir a aprovação do projeto na Casa revisora.

O Governo já anunciou que discorda do projeto. O ministro da Previdência, Luiz Marinho, estudará alternativas, de modo a viabilizar o projeto. É importante o movimento sindical insistir na aprovação do projeto, independentemente das divergências com o Executivo. SITE DO DIAP

Estados deram indenizações a 2.272 vítimas da ditadura

O grupo dos maiores Estados do país concedeu, em média, uma indenização por dia a vítimas do regime militar nos últimos cinco anos. O gasto estimado dos pagamentos, somados, é de R\$ 50 milhões. O governo federal desembolsou no mesmo período R\$ 99,3 milhões com indenizações a perseguidos pela ditadura (1964-1985) -e prevê gastar ainda mais R\$ 2,8 bilhões. Como as leis são independentes, as vítimas que pedem ressarcimento aos Estados podem também solicitá-lo à União. De acordo com a Folha de S. Paulo, São Paulo lidera o reconhecimento a perseguidos, com 812 aprovações desde 2003. Minas paga em média as maiores indenizações: todos os 355 beneficiados receberam R\$ 30 mil cada um. No total, SP, RJ, MG, PR, PE e CE autorizaram o benefício nos últimos cinco anos para 2.272 pessoas. No plano federal, a comissão que analisa os pedidos aprovou 24 mil indenizações desde 2002